

Guita Debert (UNICAMP) - “Políticas públicas face ao envelhecimento no Brasil”

Resumo:

Na última década, a sociedade brasileira assistiu a avanços significativos no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a etapa do envelhecimento que tem sido chamada de a “terceira idade”. Organizações governamentais e não governamentais estiveram e estão empenhadas na criação de universidades para a terceira idade, de grupos de convivência de idosos, de programas envolvendo atividades físicas e de lazer que mobilizam o segmento mais velho da população, que goza de plena autonomia funcional. Esses avanços levaram à transformação do idoso num sujeito político e num mercado consumidor específico. Contudo, o sucesso destas iniciativas é proporcional à ausência de políticas públicas voltadas para a velhice avançada e dependente.

Através de uma análise etnográfica de iniciativas voltadas para o idoso, particularmente as delegacias especiais de polícia e os grupos de terceira idade em São Paulo, o argumento dessa apresentação é o de que, no tratamento da dependência, uma nova relação é estabelecida entre organismos estatais e a família, que passou a ser um aliado fundamental das políticas voltadas para o que é tido como uma espécie de cidadania malograda.

Imagens conflitantes e contraditórias convivem na definição dessas políticas: o idoso como um sujeito autônomo, disposto a aproveitar as possibilidades ofertadas pelo consumo de bens e serviços, em oposição às vítimas da fragilidade física e social. Essa ambivalência na constituição do sujeito alvo das ações tende a transformar questões sociais em um assunto privado; privatização essa que requer o estímulo de políticas públicas específicas. A família é vista como uma instância em que os deveres e direitos de cada um de seus membros, ao longo do ciclo da vida, precisam ser claramente definidos, e as políticas públicas devem criar mecanismos capazes de reforçar e estimular cada um deles no desempenho de seus respectivos papéis.